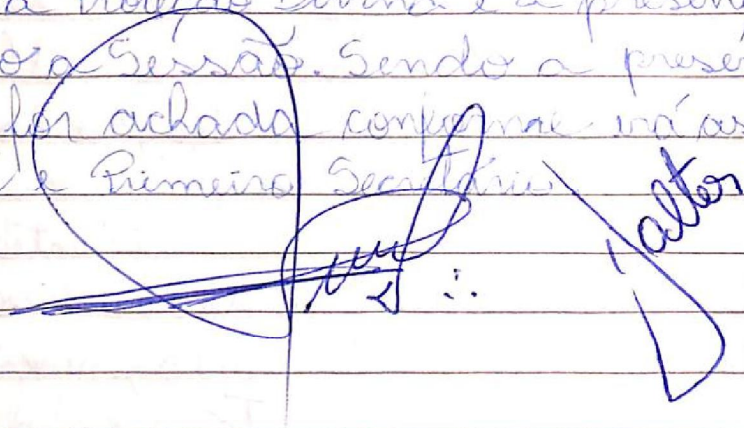


Carlos Ramalho da Silva e Nilson Leitão. Após a leitura, fora posto em discussão a composição das chapas, nada havendo, em votação, foram aprovadas. Em seguida o Senhor Presidente informou que estava convocando uma Sessão Extraordinária no decorrer da semana, agradeceu a Proteção Divina e a presença de todos, encerrando a Sessão. Sendo a presente Ata lida e se for achada conforme, vá assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário.


The block contains two handwritten signatures in blue ink. The signature on the left is more complex and appears to be 'Nilson Leitão', while the signature on the right is simpler and appears to be 'Carlos Ramalho da Silva'. There are some scribbles and lines around the signatures.

Ata da segunda Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Sinop, Estado de Mato Grosso.

Nos nove dias do mês de janeiro de hum mil novecentos e noventa e sete, às dez horas e dez minutos, reuniram-se os Senhores Vereadores, agora os Vereadores José Carlos Ramalho e José Palmarda, para a realização da segunda Sessão Extraordinária do ano em curso. Invocando a Proteção Divina, declarou aberto os trabalhos o Senhor Presidente e solicitou a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior. Em discussão, nada havendo, em votação, foi aprovada. Em seguida foi apresentado o Projeto de Lei um, barra, noventa e sete, de autoria do Poder Executivo e os Pareceres um, barra, noventa e sete da Comissão de Justiça e Redação, um, barra, noventa e sete da Comissão de Finanças e Orçamentos e um, barra, noventa e sete da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o Projeto, Pedro Mendes requereu a dispensa de Interstício Regimental, Pedro Serafini falou sobre a importância de um incentivo e de um direcionamento à agri-



cultura do município, sendo favorável ao Projeto. Ressaltou também a necessidade da implantação da Secretaria de Indústria e Comércio em Sinop. Solicitou ainda do Vereador Pedro Mendes para que o Projeto não fosse votado em única votação, pois tinha intenção de apresentar emendas ao mesmo. Pedro Mendes disse que não se poderia perder de vista a objetividade e a necessidade de respeitar e embasar as necessidades do Executivo Municipal, falando não haver motivo para uma maior delonga na aprovação do Projeto. Salientou também que a Secretaria de Agricultura não fora objeto de acordo entre o Prefeito Municipal e as lideranças do PMDB, para influenciar a eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal. Altair Lavagneri disse que o Projeto era de suma importância ao município, destacando porém o seu não concordamento com a data a partir da qual o Projeto teria efeitos. Eliseu Leitão justificou o pedido da sua bancada pela não aprovação em única votação do Projeto, dizendo que a intenção era de trazer melhorias, a fim de que este fosse aprovado com maior amplitude. O Senhor Presidente solicitou ao Vereador Pedro Mendes, para que fosse retirado o requerimento da dispensa de Interstício Regimental, a fim de que o Projeto obtivesse maior tempo para sua análise e complementação quando necessário. Assim sendo o Vereador Pedro Mendes usou da tribuna retirando o requerimento de sua autoria. Cleusa Alvaruzzi teve justificativas sobre o Projeto, salientando também a importância da Secretaria de Indústria e Comércio. Paschal da Cerâmica falou que o Projeto visava a trazer economicamente várias alternativas, melhorando assim a renda dos munícipes residentes no meio rural e fixando os produtores no meio agrícola do município. Ressaltou que o Secretário de Agri-

cultura do município deveria realizar um trabalho em conjunto com o Legislativo Municipal a fim de atender o anseio da população interessada. Baiame Filho deixou seu posicionamento contrário quanto a ordem da implantação das Secretarias no município, destacando como prioridade a Secretaria de Indústria e Comércio. Disse que o Poder Legislativo deveria lutar pela implantação desta Secretaria o mais breve possível. Salientou ser favorável a implantação da Secretaria de Agricultura e disse ainda que estava levantando vozes a favor da instalação da Secretaria de Esportes. Em seguida, conforme um acordo de lideranças o Senhor Presidente transferiu a votação do Projeto para o final da Sessão, no intuito de haver a implementação deste através de emendas e após a sua aprovação. A seguir apresentou-se o Projeto de Lei dois,百零九, noventa e sete de autoria do Poder Executivo e os Pareceres dois,百零九, noventa e sete da Comissão de Justiça e Redação e dois,百零九, noventa e sete da Comissão de Finanças e Orçamentos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o Projeto, Pedro Serafini contestou a maneira como estava sendo incluída a dotação para a construção da caixa d'água do Residencial Jequitibas, dizendo que tal dotação deveria apresentar um Projeto de Lei específico, devido ser um investimento do município em uma iniciativa privada. Salientou ainda que o valor empregado deveria ser ressarcido aos cofres públicos. Cleusa Savarini justificou o Projeto, no que tange a questão da dotação para a construção da caixa d'água do Residencial Jequitibas. Apontando Pedro Serafini disse não concordar com a falta de licitação pública para a construção da caixa d'água, sendo que esta deveria seguir os trâmites da legalidade. Insinuou que através deste comportamento "alguém" fora beneficiado.



Pressaltou também que o Projeto deveria apresentar garantia de que o dinheiro empregado fosse ressarcido cofres municipais. Baiano Filho criticou o alto valor aplicado pela Sanemat na cobrança da água tratada. Criticou também os dois Deputados Estaduais de Sinop pela falta de interesse nos problemas do município. Requererou verbalmente para que fosse adotado um procedimento legal quanto a questão da construção da caixa d'água, salientando também que a lista deveria acompanhar todos os processos licitatórios do município para maior transparência. Elpidio Moretti teve justificativas sobre a questão da construção da caixa d'água, bem como do processo licitatório, requerendo a dispensa de Interstício Regimental. Paschoal da Perômica questionou a questão da aquisição de veículo, não vendo esta como prioridade e sugerindo a criação de um Projeto de Lei autorizando a venda dos veículos usados da Prefeitura. Falou também sobre a questão da construção da caixa d'água do Residencial Requitiba, defendendo a contra partida ao município dos recursos lá empregados. Comentou ainda amplamente sobre as dotações do Projeto, salientando que estas deveriam ser revistas. Pedro Mendes teve também comentários sobre a questão da construção da caixa d'água do Residencial Requitiba, dizendo que o Prefeito Municipal apenas determinou a iniciação com recursos e meios próprios da edificação da base da referida caixa, e que a licitação seria feita após a aprovação do Projeto. Em votação o requerimento verbal do Vereador Elpidio Moretti, foi aprovado. Após o Vereador Paschoal da Perômica solicitar a inclusão de uma emenda ao Projeto para a transposição de valores. O Senhor Presidente suspendeu a Sessão por alguns minutos para a elaboração da referida emenda. Realizados os trabalhos, o Vereador Primeiro Secretário efetuou a

leitura da Emenda Aditiva um, barra, noventa e sete de autoria do Vereador Paschoal da Cerâmica. Em discussão a emenda, Pedro Mendes falou sobre os objetivos do Projeto, destacando a construção da sede da Secretaria de Agricultura, sendo que a emenda visava a obstruir esta importante obra, sendo portanto danosa ao município. Paschoal da Cerâmica justificou a sua emenda. Em votação a emenda, foi reprovada. Em votação o Projeto, foi aprovado por unanimidade em primeira e única votação. Dando prosseguimento foi apresentado o Projeto de Lei três, barra, noventa e sete de autoria do Poder Executivo e os Pareceres três, barra, noventa e sete da Comissão de Justiça e Redação e três, barra, noventa e sete da Comissão de Finanças e Orçamentos. Em discussão os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprovados. Em discussão o Projeto, Milton Eguirredo falou ser contrário a anistia citada no mesmo, não sendo esta com justiça. Disse que o Prefeito Municipal deveria criar urgentemente uma comissão para realizar o recadastramento imobiliário urbano, a fim de que houvesse uma maior justiça fiscal em Sinop. Defendeu também a cobrança de IPTU no Bairro São Cristóvão para maior receita no município. Cleusa Novarini justificou o Projeto. Wilson Leitão falou que a anistia concedida deveria ser prolongada ao período dos últimos oito anos. Aparteando Cleusa Novarini contestou o prolongamento do período, dizendo não haver justificativas para este tipo de inadimplente. O Senhor Presidente sugeriu que fosse retirado o período da anistia, deixando esta indeterminada. Pedro Serafini concordou com a matéria em epígrafe, dizendo que era uma maneira justa e contemplativa ao próprio município. Registrou seu protesto com referência ao comportamento da bancada



de sustentação ao Prefeito Municipal, falando da
dade de uma reciprocidade de respeito entre as banca-
das. Aparteando Pedro Mendes contestou o protesto feito
pelo Vereador Pezrinho, ressaltando a dignidade e hom-
niidade da bancada de sustentação ao Prefeito Municipal.
Concordou porém com a necessidade do respeito mútuo
entre as bancadas, beneficiando assim os interesses da pe-
pulação sinopense. Wilson Leitão deixou sua posição
como Vereador de sempre defender e trabalhar pelos
reais interesses da sociedade. Requeru a inclusão de
uma emenda ao Projeto, suprimindo o período deter-
minado para a anistia. Elieza Novacini comentou sobre
a emenda que apresentava a anistia por tempo indeter-
minado, destacando o problema da defasagem de capi-
tal. Baiano Filho externou comentários sobre a atual admi-
nistração pública, destacando a importância da união
dos Poderes Legislativo e Executivo, na busca de soluções
para os problemas de Sinop. Lamentou também sobre o
problema dos inadimplentes do município, pedindo que
fosse enviado à base, uma relação nominal e quanti-
ficativa dos referidos devedores. Disse não concordar com
o benefício proposto no Projeto aos maus pagadores, se
abstendo desta forma em votar no mesmo. Elpidio
Moretti falou que através de leilões públicos, o municí-
pio já havia ressarcido na sua maioria os débitos
de inadimplentes que deviam a municipalidade há
mais de quatro anos. Requeru a dispensa de Inter-
tício Regimental. Logo após foram apresentadas as Emen-
das Aditiva duas, bairra, noventa e sete e Supressiva um,
bairra, noventa e sete, ambas de autoria do Vereador
Wilson Leitão. Em discussão as Emendas, Pedro Mendes
e Altair Cavagliari levantaram algumas dúvidas com
relação ao pagamento do abarca e com a situação
dos inadimplentes que tiveram seus bens leiloados.

Sendo as dúvidas sanadas, nada mais havendo, as emen-
das foram aprovadas. Ulteriormente, em discussão o Projeto,
Paschoal da Cerâmica falou sobre o objetivo deste, em
arrecadar recursos à municipalidade, sendo desta for-
ma favorável a matéria. Ressaltou ainda a impor-
tância de uma conduta correta da Casa na análise
das matérias de real interesse à sociedade. Firmino
Alvarado criticou os embates realizados entre os Senho-
res Vereadores, dizendo que estes somente visavam a
prejudicar o bom andamento do município. Altair
Caravaglieri defendeu a tercerização para o facilitamento
da cobrança dos recursos para a municipalidade. Em
votação o requerimento verbal do Vereador Epídio Moratti,
foi aprovado. Em primeira e única votação, o Projeto
foi aprovado, restando do voto o Vereador Baião
Filho. A seguir apresentou-se o Projeto de Resolução um,
barra, noventa e sete de autoria da Mesa Diretora e os
Pareceres quatro, barra, noventa e sete da Comissão
de Justiça e Redação e quatro, barra, noventa e sete
da Comissão de Finanças e Orçamentos. Em discussão
os pareceres, nada havendo, em votação, foram aprova-
dos. Em discussão o Projeto, nada havendo, em primeira
e única votação, foi aprovado. Após conforme um acor-
do de lideranças, o Projeto de Lei um, barra, noventa
e sete de autoria do Poder Executivo fora aprovado
por unanimidade em primeira e única votação. Em
seguida, apresentou-se a moção-de-apelo um, barra,
noventa e sete de autoria de Vereadores. Em discussão,
nada havendo, em votação, foi aprovada. A seguir o
Senhor Presidente agradeceu a Proteção Divina e a
presença de todos e encerrou a Sessão. Sendo a
presente Ata lida e se for achada conforme irá
assinada pelo Senhor Presidente e primeiro Secretário.

Julho